

UM MÉDICO NO SERTÃO: O RIO, A CIDADE E A GENTE RIBEIRINHA

A DOCTOR IN THE SERTÃO: THE RIVER, THE CITY AND THE RIVERSIDE PEOPLE

Maria de Fátima Oliveira*
proffatima@hotmail.com

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas**
lenacastelo@uol.com.br

RESUMO: Este artigo busca refletir sobre a vida e a obra de Francisco Ayres da Silva (1872- 1957) que atuou nas áreas da medicina, política e jornalismo. A principal fonte utilizada é um diário deixado por ele com anotações sobre duas viagens que empreendeu. A primeira, pelo rio Tocantins (1920), partindo da cidade de Porto Nacional (situada na região norte de Goiás, hoje no estado do Tocantins) à cidade de Belém (PA); e a outra, por terra, do Rio de Janeiro a Porto Nacional, levando um automóvel e um caminhão, quando não havia estradas na região. A leitura desse diário deixa entrever ora o pensamento do médico, ora o do político, ora o do jornalista, o que evidencia aspectos relevantes da vida e do cotidiano dos moradores de uma região ainda pouco privilegiada pela historiografia, mas de suma importância para se compreender a História do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Francisco Ayres da Silva, Medicina em Goiás, Século XX.

ABSTRACT: This article aims to reflect on the life and work of Francisco Ayres da Silva (1872-1957), who worked in the areas of medicine, politics and journalism. The main source used in this study is a travel diary left by him with notes on two trips he undertook. The first trip, by the Tocantins River (1920), starting from the city of Porto Nacional (located, at that time, in the state of Goiás and, nowadays, in the state of Tocantins) to the city of Belém (PA); and the other one, by land, from Rio de Janeiro to Porto Nacional, taking a car and a truck, when there were no roads in the region. The reading of this diary allows us to glimpse, sometimes, the thought of the doctor, sometimes, that of the politician and, occasionally, the one of the journalist, what points to relevant aspects of the life and daily life of the inhabitants of a region which is still underprivileged by historiography, but extremely important to understand the History of Brazil.

KEYWORDS: Francisco Ayres da Silva, Medicine in Goiás, 20th Century.

Médico

Dá consultas e recebe chamadas para dentro e fora da cidade a qualquer hora, em sua residência à rua 15 de novembro¹.

Introdução

A produção de estudos biográficos tem contribuído nas últimas décadas para a renovação do conhecimento histórico, embora nem sempre tenha sido assim. Desde a antiguidade esse gênero despertava a desconfiança de autores como Tucídides e Políbio, que

* Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG); docente na Universidade Estadual de Goiás (UEG) no curso de Licenciatura em História e no Programa de Mestrado Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER).

** Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Titular aposentada da Universidade Federal de Goiás (UFG). Sócia Emérita do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Membro da Sociedade Brasileira de História da Medicina.

¹ Anúncio referente aos serviços médicos oferecidos por Francisco Ayres da Silva no periódico Norte de Goyaz, n. 1 de 1905, publicado na cidade de Porto Nacional.

acreditavam ser ele tendencioso e objetivar a exaltação de certos indivíduos, em detrimento da coletividade. A historiadora Teresa Malatian (2008) afirma que esse gênero narrativo, embora acompanhado de certo mal estar explícito ou implícito, nunca esteve ausente das reflexões historiográficas. Na primeira metade do século XX, os estudos dessa natureza alcançaram certa expressividade a partir dos trabalhos de Lucien Febvre e Fernand Braudel², entretanto, foi preciso esperar os anos 70 e 80 para que ocorresse uma maior aceitação das biografias históricas.

Cabe aqui um questionamento preliminar: em que medida a experiência pessoal de um indivíduo pode representar o contexto histórico de um período ou de um determinado grupo? Poderá esse sujeito ser identificado com o grupo ao qual ele pertenceu? Partimos do entendimento de que um estudo biográfico não se limita ao registro apenas do biografado, mas pode favorecer uma reflexão mais ampla e subjetiva sobre uma determinada região e sobre um grupo social. Nas palavras de Malatian, (2008, p. 21-22), “Desde as décadas de 1970 e 1980, *a escrita de si* vem alcançando grande popularidade, abrigada pela literatura, pela mídia, nas ciências humanas e nas práticas de formação”. Assim, tanto as autobiografias, quanto os diários e correspondências se apresentam como um campo imenso de possibilidades para o historiador.

De acordo com Schmidt (1997, p. 3): “Nos últimos anos, as biografias têm alcançado um grande sucesso editorial no Brasil, igualando até as vendagens dos manuais de autoajuda e dos livros escritos por magos, anjos e esotéricos em geral”. Segundo a historiadora Ângela de Castro Gomes (2004, p. 7), “[...] nos últimos 10 anos, o país vive uma espécie de *boom* de publicações de caráter biográfico e autobiográfico”. A atenção dada a esse gênero é atribuída por Schmidt à produção de historiadores e jornalistas que buscam um indivíduo e, a partir da tessitura da história de vida, lançar luz sobre uma determinada época e contexto histórico no qual ele está inserido:

Em primeiro lugar, a preocupação central dos biógrafos – historiadores e jornalistas – parece ser a de desvendar os múltiplos fios que ligam um indivíduo ao seu contexto. Obviamente que, pelo menos no campo do conhecimento histórico, a relação indivíduo/sociedade não se constitui propriamente num problema novo. Contudo, na maior parte das vezes, os autores tenderam a enfatizar um dos polos da relação: o homem ou o contexto, o sujeito ou a estrutura, o voluntarismo ou o determinismo, a

² De Lucien Febvre, *O Problema da Incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais* (1942); e de Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo de Filipe II* (1949).

liberdade ou a necessidade. Hoje, pelo contrário, um número significativo de historiadores procura pensar a articulação entre as trajetórias individuais examinadas e os contextos nos quais estas se realizaram como uma via de mão dupla, sem cair nem no individualismo exacerbado (como nas biografias tradicionais, do tipo 'a vida dos grandes vultos'), nem na determinação estrutural estrita (como nas análises marxistas ortodoxas). (SCHMIDT, 1997, p. 15).

Acreditamos que a história de vida de Francisco Ayres da Silva em muito se confunde com a história do antigo norte de Goiás, região que hoje compõe o estado do Tocantins. Outrossim, é significativo o acervo documental³ existente sobre ele e produzido por ele. Portanto, o princípio que embasa esta investigação é o de acreditar que conhecer parte da história desse personagem - por meio de seu *Diário de Viagem* e de outras fontes que retratam sua atuação em diversos setores da sociedade na qual viveu - ajuda a compreender aspectos relevantes de um período, e da história da região e do Brasil. Além do referido diário, esta análise se embasa também em dois livros: *Os Sertanejos que eu Conheci* de José M. Audrin, frei dominicano francês que viveu na região no período; e *Viagem ao Tocantins*, do também médico Júlio Paternostro. E para completar, temos os artigos publicados na revista *A Informação Goyana*, que circulou de 1917 a 1935, além dos periódicos da cidade de Porto Nacional (TO).

O contexto: a região, a cidade, o rio e os ribeirinhos.

Embora pareça predominar a ideia de que as populações ribeirinhas do Tocantins viviam isoladas devido às dificuldades de comunicação, na verdade o contato sempre existiu – tanto entre as cidades próximas, quanto com a capital do Pará. Os rios tiveram papel preponderante como meio de comunicação, mas a via terrestre também foi muito utilizada pelos tropeiros, principalmente em direção ao nordeste. Porém, o discurso que privilegia a questão do isolamento da região é perceptível em diversas fontes, desde os escritos de viajantes estrangeiros aos artigos de jornais impressos em cidades da região, muitos dos quais foram mais tarde reproduzidos por historiadores.

Esse discurso pode ser justificado por duas razões óbvias: a primeira, uma visão equivocada e preconceituosa dos viajantes estrangeiros, ao compararem o que viam no

³ Consta deste acervo, além de seu diário de viagem que foi publicado postumamente em forma de livro, diversos artigos nos periódicos de sua cidade natal e do Rio de Janeiro, seus discursos enquanto deputado federal, e uma quantidade significativa de livros e revistas de sua biblioteca pessoal, que está sob o cuidado da família em um antigo casarão na cidade de Porto Nacional.

interior do Brasil, principalmente no norte de Goiás, com o mundo mais dinâmico e acelerado de onde vieram; a segunda, porque era do interesse dos moradores e administradores locais atribuir isolamento e abandono à região, pois desse modo chamavam a atenção dos poderes públicos. Há que ser levada em consideração, igualmente, a constatação de que algumas lideranças locais já defendiam, desde aquela época, a bandeira da separação norte/sul de Goiás.

Assim é que o imaginário sobre o sertão goiano no século XIX e início do XX foi bastante explorado tanto por viajantes estrangeiros como por administradores e sertanistas. A discussão sobre a tão propalada decadência, não só do norte, mas de toda a província de Goiás, que mais tarde foi substituída pelo estigma do atraso nas primeiras décadas do século XX, já provoca significativo debate na historiografia goiana. Entre os historiadores mais expressivos que contestam a aplicação indiscriminada do conceito de decadência para o período pós-mineração em Goiás está Nasr Fayad Chaul (2010), que defende que com o esgotamento das minas, houve na verdade, a substituição de uma forma de produção por outras, e não uma mera decadência.

Desse modo, embora a lentidão dos meios de comunicação, tanto fluviais como terrestres, não possibilitasse contatos rápidos, a despeito das longas distâncias, da morosidade dos transportes e do ralo povoamento da região, os ribeirinhos dessa região não estavam isolados, pois por meio da navegação fluvial, trocavam mercadorias e experiências.

Porto Nacional⁴, cidade natal de Francisco Ayres da Silva, está localizada na margem direita do rio Tocantins, no atual Estado do Tocantins e possui características peculiares: fez parte da antiga região norte de Goiás e foi, segundo Oliveira (2010, p. 65), destaque nas áreas educacional, intelectual, comercial, política, médica e religiosa desde o final do século XIX. A cidade surgiu no final do século XVIII, como simples passagem entre dois ricos núcleos mineratórios: Pontal⁵ (1738) e Monte do Carmo (1746). Porto Real, sua primeira denominação, funcionava como ponto de intercâmbio entre eles.

⁴ Porto Nacional recebeu três denominações em diferentes épocas. Quando surgiu no século XVIII, Porto Real; com o Decreto de 14 de novembro de 1831, passou a ser chamada de Porto Imperial; com o advento da República foi mudado para Porto Nacional, nome que prevalece até os dias atuais (BRANDÃO, 1978).

⁵ Pontal foi um importante núcleo mineratório do século XVIII. Diversos são os autores que confirmam sua origem em 1738. Segundo Cunha Mattos (1979), Pontal estava situado “na parte ocidental de uma grande serra do mesmo nome, sobre o córrego do Lavapés, três e meia léguas a oeste do Porto Real e da margem esquerda do Tocantins”.

Há diversos registros de administradores, viajantes e moradores locais sobre a origem e o desenvolvimento de Porto Nacional (antigo Porto Real), embora não se chegue a um consenso entre as múltiplas versões de sua origem⁶. Segundo o portuense⁷ Duval Godinho (1988, p.10), novos moradores foram se estabelecendo na margem direita do rio e no local escolhido por um barqueiro português para fazer a travessia entre os dois núcleos. Pequenos agricultores, pescadores e fabricantes de barcos também se fixaram no local, na última década do século XVIII e início do XIX.

Em 1910, as referências à cidade continuam sendo de muito otimismo. Segundo Azevedo (1910, p.185), nesse período, “Porto Nacional é entre as cidades do Estado de Goyaz uma das mais belas, das mais ricas e das mais futuras [...] ela é a princesa do sertão nortense”⁸. Desse modo, fica evidente o papel fundamental de Porto Nacional para o desenvolvimento da região desde o final do século XVIII, podendo destacar-se três elementos: sua localização privilegiada na margem do rio Tocantins, que a transformou em polo de navegação fluvial; o estabelecimento de religiosos dominicanos na cidade, com a fundação de colégios e seminário; a presença de um médico, que atraía moradores de toda a área circunvizinha; e ainda a fundação de jornais, que circularam desde o final do século XIX. Entretanto, é inegável que seu desenvolvimento econômico - a partir do final do século XIX - está diretamente relacionado à atividade da navegação e ao comércio com Belém (PA), via rio Tocantins.

⁶ Caio Prado Junior afirma que a fundação de Porto Real data de 1791 “[...] cogita-se desde o terceiro quartel do século XVIII em utilizar a via fluvial do Araguaia-Tocantins [...] Para atender a isso, fundara o governador de Goiás, Tristão da Cunha Menezes, em 1791, o Porto Real, no Tocantins que deveria ser o ponto de partida da navegação” (PRADO JR., 1996, p. 248).

⁷ Portuense: pessoa nascida na cidade de Porto Nacional (TO).

⁸ Nortense: regionalismo; aquele que nasce na região norte de Goiás.



Figura 1. Chegada dos botes a Porto Nacional (Início do Século XX).
Fonte: Acervo particular Jamil Pereira Macedo (Porto Nacional).



Figura 2. Ribeirinhos no porto aguardando a chegada dos botes a Porto Nacional no início do Século XX.
Fonte: Acervo particular Milton Ayres (Porto Nacional).

Nas primeiras décadas do século XX, as fontes já mostram diminuição do trânsito de botes no rio Tocantins, pois “[...] do crescido número de botes, igarités e canoas que demandavam à praça de Belém, levando em especial peles de bovinos e de outros animais [...] restam apenas os botes de Porto [Nacional]...”. (SILVA, 1972, p. 20-21). Embora com comprovado decréscimo, a navegação continuou sendo, por mais algumas décadas, o principal meio de comunicação e transporte para a região. Essa comunicação se completava com a atividade dos tropeiros que transitavam em direção ao nordeste e ao sul do estado, rumo à capital, a cidade de Goyaz.

Francisco Ayres da Silva: médico, jornalista e político.



Figura 3. Francisco Ayres da Silva (1872-1957).
Fonte: Silva (1972).

Na antiga região norte de Goiás, no final do século XIX até meados do XX sobressai a importância dada às patentes ou títulos conferidos pela Guarda Nacional, com destaque para o de coronel. Nesse mesmo período, destaca-se outro *título* bem mais raro na região, o de doutor. Não o doutor/bacharel em direito, mas sim o doutor formado em medicina, cuja preeminência estava diretamente ligada à sua escassez.

Francisco Ayres da Silva⁹ nasceu aos 11 de setembro de 1872, na cidade de Porto Imperial (hoje Porto Nacional - TO), filho do coronel Joaquim Ayres da Silva e Rachel Pinto Cerqueira Ayres. Seus pais, procedentes da vizinha, Monte do Carmo, estabeleceram importante comércio em Porto Nacional. Francisco Ayres da Silva começou seus estudos em Porto Imperial, seguiu para a antiga capital do estado (Cidade de Goiás), e depois para São Paulo, onde fez os estudos preparatórios para ingressar no curso superior, sendo colega de Antônio Ramos Caiado. Com essa convivência teve início longa amizade e aliança política que iria estender-se por toda a vida. Por fim, Ayres partiu para o Rio de Janeiro (antiga capital federal), onde cursou a Faculdade de Medicina.

⁹ Para mais informações, consultar: *Um rio dentro de mim*, de José Mendonça Teles. Goiânia: Oriente, 1979.

Ao concluir os estudos, em 1899, voltou para Porto Nacional, onde exerceu a profissão de médico, professor e colaborador dos periódicos da cidade. Ele foi o primeiro morador do norte de Goiás a formar-se em medicina e se tornou mais conhecido na cidade e região como o *Dr. Chiquinho*; em 1902, tornou-se Conselheiro Municipal; a partir de 1905 exerceu atividades jornalísticas; e de 1912 a 1930 atuou como representante político da região na esfera nacional, como deputado federal. Faleceu em 24 de maio de 1957.

Em seu diário de viagem, há anotações sobre sua ida de barco a Belém (PA) pelo rio Tocantins, em 1920, bem como o retorno por terra. Segue-se o relato da epopeia de trazer do Rio de Janeiro para Porto Nacional, em 1928/1929, um automóvel e um caminhão, percorrendo caminhos indevassados, sem estrada regular nem pontes. O referido diário deu origem à publicação póstuma do livro intitulado *Caminhos de Outrora: diário de viagens* (SILVA: 1972).

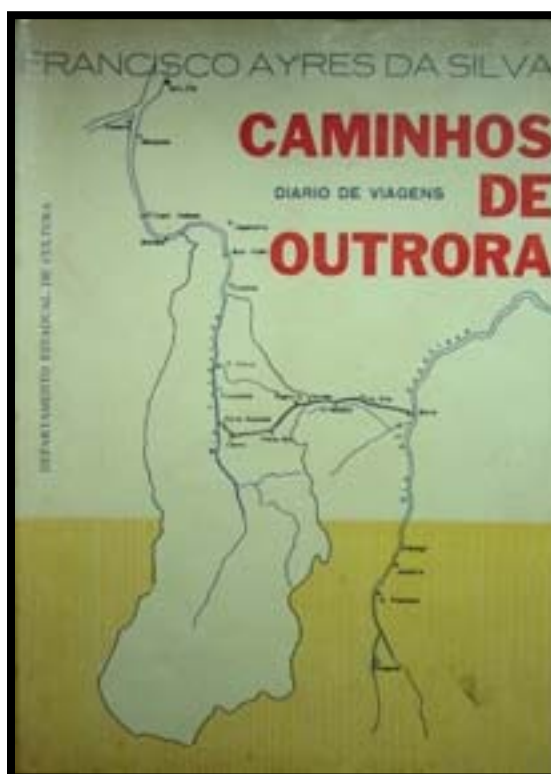


Figura 4. Roteiro de viagem de Francisco Ayres da Silva.

Fonte: Capa da 1ª edição do livro *Caminhos de Outrora*. Silva (1972).

Embora Francisco Ayres da Silva tenha desempenhado atividades em diversos setores, sua atuação como médico parece ter sido a mais significativa para os moradores da região. Sobre a carência de profissionais dessa natureza, são esclarecedoras as palavras do também médico, Júlio Paternostro, que viajou pelo norte de Goiás na década de 1930:

Em 1935, no Norte de Goiás ou, em 2/3 da superfície do Estado, a única localidade que possuía médico era Porto Nacional. Farmácias não existiam. Os armazinhos das povoações continham entre a variada mercadoria alguns remédios: sulfato de quinino, sal amargo, bicarbonato de sódio, magnésia fluida, “panvermina”, “Saúde da Mulher” e uma ou outra droga. Geralmente os vendedores desempenhavam o papel de médico e farmacêutico, sugerindo aos fregueses os medicamentos que lhes suavizariam os males. Essas sugestões variavam com o estoque das drogas que possuíam. Longe dos povoados, a terapêutica se resumia nas infusões de raízes e folhas, e sempre havia um curandeiro encarregado de indicá-las e prepará-las (PATERNOSTRO, 1945, p.229).

Se a situação da assistência médica apresentava-se nesses moldes em 1935, no final do século XIX e primeiras décadas do XX provavelmente seria ainda pior. Paternostro acrescenta que a falta de recursos e o isolamento da região norte de Goiás não atraíam os médicos. Os moços recém-formados em medicina no Rio de Janeiro preferiam trabalhar nas cidades litorâneas ou em alguma outra mais progressista no interior - o que não aconteceu com Francisco Ayres, que voltou para sua terra natal. Os moradores o viam como portador de solução para todos os males, e segundo Ana Braga Gontijo¹⁰, “A todos ele atendia [...] Fossem quem fossem, de onde quer que viessem. Sem cogitar das finanças do enfermo ou de quem o conduzia, punha-se, imediatamente como um novo Cireneu a ajudar o que gemia, procurando aliviar-lhe as dores. (GONTIJO, 1972, s/p.).

Naquela região e naquele momento, um médico talvez não pudesse fazer muito pela população, seja pela falta de instituições de apoio e de instrumentos e equipamentos necessários ao atendimento, seja pela carência de medicamentos. É possível perceber, entretanto, nos depoimentos analisados que sua presença proporcionava certa segurança à população. Na abertura do presente artigo, lê-se a epígrafe que reproduz o anúncio publicado no jornal *Norte de Goyaz* pelo Dr. Francisco Ayres sobre seus serviços profissionais. De onde se conclui que ele prestava atendimento na sua própria residência e com instrumental médico precário, como evidenciado tanto em suas memórias quanto em outras fontes da época. Apesar disso, é importante ressaltar que ele era o único médico local formado em medicina e disponível para atender toda a região norte de Goiás, conforme atestado acima, firmado pelo médico Júlio Paternostro (1945).

¹⁰ Ana Braga Gontijo é natural da cidade de Peixe (TO); foi deputada estadual, desempenhando diversas funções na região, como educadora, jurista, política e literata.

Além do atendimento médico, propriamente dito, foi de grande utilidade para a população a insistência do médico Francisco Ayres da Silva em divulgar e valorizar a medicina preventiva. Eram constantes seus artigos de esclarecimento ao povo sobre como evitar certas doenças e tratar-se de outras, como se vê no periódico da cidade, *Norte de Goyaz* (n. 7, 1905): “cabe ao clínico moderno difundir, antes de mais nada, noções que se refiram à conservação da saúde e os meios de se evitarem as moléstias”. Na coluna *Miscelanea*, que mantinha em outro periódico, ele alertava continuamente a população sobre o perigo representado pelos escarros, que seriam os causadores de diversas doenças, ensinando como se devia proceder para evitar possíveis contaminações:

Uma questão de interesse coletivo avassala, dia a dia, pouco a pouco, as sociedades civilizadas; queremos nos referir à luta que, de alguns anos a esta parte, tem se travado contra os escarros. Também no Brasil a luta está iniciada; um punhado de cientistas já deu o brado de alarme e sociedades profissionais se vão formando no intuito de profligar o mais possível esse hábito inveterado que cada qual de nós tem de, a cada passo, a cada instante, projetar, no ambiente que ocupamos, enormes cuspidas ou cuspinhadas sucessivas, reiteradas... É esta a razão porque muita vez em uma cidade, de ordinário, certas moléstias esporádicas se transformam em epidêmicas (SILVA, n. 4, 1901).

Em outro artigo, o médico alerta para o perigo que corriam as criancinhas ante o mau costume de os adultos beijá-las, podendo ocorrer a transmissão de doenças através da saliva. Se nos dias atuais ainda é importante a medicina preventiva, mais ainda o seria naquela época e lugar, onde a atuação da saúde pública era quase inexistente. Dado o pouco conhecimento da população sobre as enfermidades e os meios de evitá-las, tais esclarecimentos eram de fundamental importância, podendo prevenir o risco de contaminação que, na maior parte das vezes, e dependendo da doença, representaria morte certa, principalmente devido à carência de medicamentos.

Para situar e entender as ideias e o contexto da atuação do médico Ayres da Silva, é esclarecedor o livro de Sydney Chalhoub: *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. Nele é possível conhecer muito do pensamento predominante no final do século XIX sobre as epidemias e a ação dos médicos no Rio de Janeiro, com o surgimento da ideologia da higiene, acompanhada da resistência à vacinação - a vacinofobia. Importante ressaltar que essa preocupação com a higienização dos espaços era o pensamento vigente naquele contexto, quando o futuro médico de Porto Nacional era estudante de medicina na então capital federal.

Além de prestar assistência aos moradores da área urbana de Porto Nacional, o Dr. Francisco atendia outras cidades e a zona rural circunvizinha, sendo constante o trânsito de pessoas vindas de localidades distantes para se tratarem. Muitas vezes, acontecia chegar uma família inteira em busca de socorro médico. Essas constantes idas e vindas favoreciam o relacionamento entre os portuenses e os habitantes de municípios, às vezes distantes: “De Santa Maria de Taguatinga veio o Capitão João Baptista de Almeida com a família para medicar-se [...]. Regressa a Pedro Affonso o Capitão Theodomiro L. de Souza após restabelecimento dos incômodos que o conduziram a esta cidade” (NORTE DE GOYAZ, n. 65, 1907).

Nos jornais, eram contínuas as notícias de chegadas e saídas de pessoas, que vinham a Porto Nacional em busca de cuidados médicos, sendo que o maior fluxo provinha dos municípios de Arraias, Pedro Affonso, Taguatinga, Duro (atual Dianópolis), e até de Descoberto (Porangatu), a 350 km de péssimas estradas! Consta também sua importante atuação no controle e na vigilância da saúde pública de Porto Nacional, auxiliando na elaboração de códigos de posturas que, em sua opinião, eram de fundamental importância, principalmente no que dizia respeito ao asseio do açougue público, à limpeza das ruas e lotes baldios e à manutenção das fontes de água limpas.

Através da leitura da obra do frade dominicano francês José Audrin, *Os Sertanejos que Conheci*, e do diário de viagem de Francisco Ayres da Silva é possível listar as doenças que eram as mais comuns na região: em primeiro lugar vêm as febres, comumente designadas como maleita ou malária. Essa doença - ainda comum na região, nos dias atuais - é transmitida por um mosquito do tipo *anophelis*. O tratamento era feito com uma substância natural, o quinino. Entretanto, o preço elevado do produto não o tornava acessível a todos os que estavam contaminados, sendo costume utilizá-lo somente quando o paciente apresentava febre.

A solução mais acertada para a prevenção da malária seria o uso de mosquiteiros, prática que o médico sempre manteve e aconselhava a todos. Frei Audrin (1963) descreve, como terrível, o ataque dos mosquitos - pernilongos ou muriçocas - nas choupanas, nas roças e nos rios, como segue: “Acampamos em certas praias, onde apesar do mosquiteiro, era impossível sossegar um instante. E víamos o cachorrinho da comitiva manter-se n’água, mergulhado até o focinho, apesar do frio e do medo instintivo dos jacarés” (1963, p. 83). Se o

relato do religioso talvez pareça exagerado, Ayres da Silva, por ocasião de uma viagem para atendimento nas margens do rio, reforça esse quadro, quando afirma que, para se livrarem do ataque de muriçocas era necessário se enterrarem vivos: “[...] a invasão de anofelinos era tanta que os nossos homens, para se repousarem um pouco [...] abriam a areia da praia, cavavam-na e depois, no buraco, deitavam-se e se cobriam com areia, deixando apenas o pescoço, cabeça e braços de fora, que eram depois protegidos pela coberta! (SILVA, 1972, p. 85).

Em 1908, o *Norte de Goyaz* noticiava a chegada de um barco a Belém com oitenta moribundos da companhia da estrada de ferro de Alcobaça, padecendo de febre. Na opinião do médico, se essas pessoas tivessem (como ele) o costume de usarem o mosquiteiro, a calamidade poderia ter sido evitada. De acordo com o Dr. Francisco, havia muita incidência de varicela, catapora, morfeia (hanseníase), sífilis, varíola, sarampo, coqueluche, bócio, congestões ou estupor, icterícia, abscessos e furúnculos. A esses males, acrescenta inumeráveis acidentes, tais como: cortes com ferramentas no trabalho ou em brigas; balas no corpo resultantes de tiroteios; afogamentos e picadas de cobras venenosas. Muito comuns eram as diarreias de sangue, cujo tratamento, segundo ele, era muito simples: consistia na mistura de tapioca ou polvilho de mandioca com água fresca e natural, levemente adoçada. O doente tomava diversas vezes a beberagem e ficava curado. Esse mal era o mais comum entre os barqueiros durante as longas viagens, pois bebiam a água do rio que se encontrava carregada de matéria orgânica

Ainda sobre as doenças mais comuns na região, o dominicano Frei Audrin descreve um quadro assustador relativo à verminose, conhecida por amarelão, comum tanto em crianças como nos adultos. E registra: “Vimos infelizes doentes sucumbirem sufocados pelas lombrigas que, poucas horas depois do falecimento, saíam-lhes pela boca e pelo nariz” (AUDRIN, 1963, p. 85).

Na impossibilidade de um único médico atender a toda a vasta região, persistia o hábito dos tratamentos caseiros. Muito embora não fosse usual o cultivo de hortas com folhagens nos quintais das casas, nestes se encontravam facilmente diversas variedades de plantas medicinais. As mais comuns eram sabugueiro, jaborandi, pinhão, maracujá, mastruz ou erva-de-santa-maria, além das ervas nativas do cerrado, tais como: fedegoso, batata-de-

purga, erva-de-bicho, poaia ou ipecacuanha etc. Se um membro da família desconhecesse a medicação indicada para algum mal, o vizinho mais próximo provavelmente saberia ensiná-la.

Como já mencionado acima, era precária a assistência do poder público à população da região, no que se refere às doenças e epidemias. Um único registro foi encontrado na documentação consultada: em 1908, quando houve casos de varíola, o Presidente do Estado, Rocha Lima, confiou ao Dr. Francisco Ayres da Silva a missão de evitar que a terrível doença se disseminasse, por meio da vacinação. Em editorial publicado no jornal *O Incentivo* (1902) - provavelmente de autoria do médico da cidade - torna-se evidente a forma como eram vistas e combatidas as epidemias na região. No referido artigo discute-se sobre quem seria o responsável por combater um surto epidêmico, se o município ou o estado, e condenam-se as linhas gerais da ação governamental em tais circunstâncias, pois, segundo o editorial, “Circunscrever o mal epidêmico e limitar-se a enviar para lá salamargo e cremor de tártaro, [é] medida considerada como um escárnio para combater uma epidemia”. Critica-se também o modo nada profissional de lidar com a vacinação, com o envio de vacinas, encarregando quem fosse mais ousado para aplicá-la nos moradores, o que resultava na ineficácia do controle da doença.

Quando Frei Audrin afirma que aos habitantes da região norte “nada lhes falta quando podem e querem trabalhar”, resta questionar o quanto podem ou querem trabalhar, pois mesmo com a abundância de víveres na região, a população não se alimentava corretamente, advindo daí muitos problemas de saúde. De outra parte, a abundância de alimentos era muito relativa, pois a época de colheita de frutos não durava o ano todo. No período de seca, embora não sendo uma seca avassaladora como na região nordeste, o cerrado não oferece tanta fartura, restando como opção a caça e a pesca. O habitante dessa região que não cultivasse o hábito de plantar sua roça poderia não morrer de fome, mas ficaria subnutrido ou com deficiência alimentar. Na visão às vezes preconceituosa do francês Frei Audrin, a indolência é vista como causa da subnutrição, uma vez que, segundo ele, doentes eram todos aqueles que viviam curtindo fome porque não queriam trabalhar. Além da pouca variedade a que muitos estavam sujeitos, havia ainda o problema da má preparação dos alimentos. Era preferido o peixe seco, já um tanto passado, ao peixe fresco; a carne de vaca também era mais consumida sob a forma de paçoca, ou seja, depois de secá-la, socavam-na no pilão com farinha; acrescenta-se o consumo de cachaça e pimenta, pois bebiam constantemente a famosa branquinha, e a pimenta estava presente em todas as refeições.

Por meio da simbólica epopeia empreendida por Francisco Ayres, nas duas viagens que são descritas com detalhes em seu livro póstumo *Caminhos de Outrora: diário de viagens*, é possível conhecer melhor as asperezas do sertão e o cotidiano na região na primeira metade do século XX. Na primeira parte, o autor descreve o percurso da cidade de Porto Nacional (hoje estado do Tocantins) até Belém, no Pará. Por meio desse relato é possível entender as duras condições da viagem, as relações de trabalho entre comandantes e tripulantes, os perigos constantes da incipiente navegação, a alimentação precária, os problemas de higiene, bem como as doenças que afetavam a tripulação do barco e os moradores das margens do rio.

A dieta alimentar durante a longa viagem consistia principalmente de carne de sol, farinha, arroz, abóbora e biscoitos de polvilho. Embora fique evidente que a alimentação do *patrão* (o dono do bote) fosse diferenciada, o médico afirma que esta não diferia muito da boia servida aos outros tripulantes (SILVA, 1972, p. 22). Nessa viagem, o médico foi constantemente solicitado a atender a tripulação que adoecia, mas pouco ele podia fazer em tais circunstâncias, conforme registrado por ocasião da passagem pela cidade de Marabá (PA). “Continuamos em Marabá. Pela manhã chega um bote que vem de Belém do Pará. O pessoal tem tido febre de catarro, segundo diz o piloto [...] Todos dizem que em Marabá grassa febre, em determinadas épocas de vazantes [...]”. (SILVA, 1972, p. 54). Contra a maleita, apesar do conselho dado sobre a necessidade do uso de mosquiteiros, observa-se que os tripulantes não seguiam a sugestão, ou por falta do equipamento ou pela dificuldade em utilizá-lo na viagem. Assim, o remédio sempre disponível e mais indicado para quase todos os males era a quinina, substância retirada da casca de uma planta medicinal. Registra o médico: “Os febrentos de bordo já se encontram restabelecidos. De três dias para cá apareceram dois tripulantes fortemente gripados. Todos os doentes têm sido quininizados, inclusive os gripados que, ao lado da quinização, guardam relativo repouso” (Silva, 1972, p. 54).

Sobre os riscos implícitos a esse tipo de navegação, são constantes as descrições de acidentes, como o que tirou a vida do piloto do bote em que o médico viajava. Com violento baque, o barco bateu em uma pedra que estava submersa e todos foram atirados na água; os barqueiros mais novos e ágeis conseguiram voltar para o bote, mas o piloto Casemiro foi tragado pelo rio: “O pobre velho, porém, jogado à maior distância, esteve a lutar com os rebojos, e os da canoa, debatendo-se para sacar o bote para ir-lhe ao encalço, nada puderam fazer, pois que

dentro em poucos minutos era novamente tragado, para não mais surgir à tona[...]. Pobre velho piloto!” (SILVA, 1972, p. 61).

Na segunda parte do livro é narrada a epopeia de levar do Rio de Janeiro para Porto Nacional um automóvel Chevrolet e um caminhão Ford. Na primeira metade do século XX os meios de transportes, de modo geral, eram deficitários em Goiás, sendo que a ferrovia só adentrou o território goiano em 1912 e, com muita lentidão, alcançou a cidade de Anápolis em 1933. Também no que se refere às estradas de rodagem, estas eram raras em todo o estado. Segundo França (1979, p. 87-88), em 1916 deu-se a chegada a Goiás do primeiro automóvel, cujo proprietário era o empresário Ronan Rodrigues Borges: um Ford Double Phaeton, modelo T 1916. Nesse veículo, mediante cuidadoso planejamento, foi vencido o percurso entre Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara) e Jataí – passando por Rio Verde - em viagem pioneira.

Mais de uma década depois, Ayres da Silva partiu do Rio de Janeiro em agosto de 1928, com destino a Porto Nacional e, passando por Minas Gerais e Bahia, chegou ao norte de Goiás. Dada a inexistência de estradas, foi necessária a contratação de trabalhadores que abriram picadas e improvisaram pontes, possibilitando que o objetivo fosse alcançado. Parte do trajeto foi vencido por estrada de ferro e por via fluvial. Esses fatos são narrados com detalhes em seu *Diário de viagens*, com cenas inusitadas, como a que se segue: “Às três horas estamos com os bois a postos e vamos tentar a subida. Após algum trabalho temos conseguido finalmente transpor o último tope da subida e pelas cinco horas estamos no alto com os dois carros tendo sido necessário puxar o caminhão carregado com cinco juntas de bois” (SILVA, 1972, p. 146).

Após quatro meses de viagem acidentada, Francisco Ayres da Silva chegou com os veículos a Porto Nacional, em 16 de fevereiro de 1929. O que, sem dúvida, foi visto como um feito heroico pelos moradores da cidade e do sertão por onde passou a caravana. Embora se possa questionar a real utilidade das viaturas em um lugar onde não havia estradas para seu uso, o feito representava simbolicamente a modernização chegando ao norte de Goiás, região interiorana do país e ainda menos desenvolvida do que o sul do estado. Houve uma calorosa recepção para comemorar o grande feito e não faltaram palavras elogiosas exaltando o autor da proeza – como por exemplo, o discurso do dominicano francês, frei Reginaldo Tournier. “Louvado sejas pela feliz inspiração que tivestes quando, pela primeira vez, sonhastes com a

possibilidade de uma futura estrada de rodagem que viesse encurtar as distâncias que nos separam dos grandes centros civilizados” (SILVA, 1972, p. 156/7).



Figura 5. Deputado Francisco Ayres da Silva junto a correligionários políticos¹¹.
Fonte: Silva, (1972, p. 167).

Embora reconhecendo que o empreendimento tenha sido uma ação extraordinária para a época, as dificuldades para o uso continuado dos veículos eram imensas, pois para todos os lugares aos quais se pretendia dirigir era necessário primeiramente planejar em detalhes como chegar ao ponto desejado. A abertura de estradas, a construção de pontes, e como conseguir o combustível para a viagem, estavam sempre em primeiro lugar, o que implicava em gastar tempo e trabalho, antes de se enfrentar os percursos estipulados. Muitas vezes optava-se pelas viagens a cavalo, tal como antes da chegada do automóvel, mas, a semente da modernização dos transportes terrestres estava lançada.

A atuação política de Francisco Ayres da Silva também merece atenção. A região à qual pertencia era de pouca expressividade no conjunto da nação brasileira; Porto Nacional ficava distante mais de 700 km da capital do estado, com a qual se comunicava precariamente por via terrestre. O norte de Goiás tinha no rio Tocantins um caminho natural, mas com navegação rústica e morosa. Nessas condições, pode-se imaginar o peso político inexpressivo de um representante dessa região na esfera federal, durante a Primeira República.

¹¹ Da esquerda para direita (de pé): os políticos Francisco Ayres da Silva, Antônio Ramos Caiado e Túlio Jayme. Sentados: Luiz Gonzaga Jayme, Coronel Eugênio Rodrigues Jardim, Hermenegildo Lopes de Moraes e Olegário Herculano da Silveira Pinto.



Figura 6. Chegada dos automóveis a Porto Nacional em 16-2-1929.

Fonte: Silva (1972, p. 164).

A despeito de tais injunções, é assinalado por Pacheco (1972) que o deputado Francisco Ayres da Silva conseguiu trazer para Porto Nacional a primeira estação climatológica e de rádio telegrafia. Com esse equipamento, em outubro de 1925 foi comunicado às autoridades estaduais e federais que a Coluna Prestes encontrava-se na cidade e utilizara a imprensa local para imprimir uma edição de *O Libertador*, jornal escrito por seus dirigentes.

Em seu longo mandato de deputado por Goiás na câmara federal, Ayres da Silva tomou conhecimento do relatório *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*, publicado pelos médicos e pesquisadores Artur Neiva e Belizário Pena, sobre as péssimas condições sanitárias do interior do país. Com a divulgação desse trabalho, de enorme repercussão, disseminou-se a conclusão de que “o Brasil é um vasto hospital”. A listagem das doenças e carências que afetavam o homem interiorano provocou debates sobre quais seriam as providências necessárias para minorar e erradicar os sofrimentos dos sertanejos. No parlamento, muitos se pronunciavam sobre a matéria – inclusive Francisco Ayres da Silva (FREITAS, 2009, v. 1, p. 361-363) que bem conhecia o isolamento das localidades interioranas, assim como as precárias condições de vida no sertão, tema sobre o qual escreve artigos para revista *A Informação Goyana*¹². Em um deles, com o título *A bancarrota do saneamento dos sertões*, reporta-se à situação descrita por Neiva & Pena, a saber:

¹² *A Informação Goyana*: revista mensal ilustrada e informativa das possibilidades econômicas do Brasil Central; editada no Rio de Janeiro de 1917 a 1935 pelos goianos Henrique Silva e Americano do Brasil.

[...] zonas há em que 90% dos habitantes são contaminados por tripanomíase sul-americana; regiões há em que o impaludismo e a anquilostomíase devastam endemicamente; lugares há em que os leprosos, os tuberculosos de toda espécie vivem em nefasta promiscuidade com os indivíduos sãos, cavando-lhes, é bem de ver, a ruína (SILVA, v.1, n.2, 1917, p. 15).

Continuando, Ayres da Silva lembra que, de acordo com aquelas vozes autorizadas, “a grande razão que motiva semelhante estado de cousa é a máxima deficiência alimentar [dos sertanejos]”. E pergunta: “como poderão alimentar-se suficientemente indivíduos que não possuem meios de transporte para se abastecer de elementos essenciais para seu nutrimento?” Assinala que inexistem no interior “transportes rápidos, estratégicos e comerciais”, o que dificulta qualquer tentativa de melhorar as condições de vida dos sertanejos. Critica a campanha de profilaxia contra o impaludismo, instituída pelo governo federal, com a distribuição, a preços reduzidos, de “sais de quinino e telas para evitar a mordedura dos mosquitos”. Indaga como os paupérrimos roceiros irão adquiri-los, se com o produto do seu trabalho, mal conseguem comprar “sal, café e outros gêneros de necessidade imediata, enormemente encarecidos graças, ainda, à falta dos mesmos transportes”. De onde conclui que a citada iniciativa das autoridades resume-se a “mais uma daquelas tendentes a estiolar-se e tornar-se improdutiva, ante o grande, o máximo escolho em que vão se quebrar todos os surtos de progresso brasileiro - a falta de transporte” (SILVA, v.2, n.1, 1918, p. 11).

Apoiando as críticas feitas por Ayres da Silva - seu assíduo colaborador - A Informação Goyana, em matéria intitulada *O saneamento do hinterland*, reproduz um discurso pronunciado pelo deputado federal Ayres da Silva em 26/07/1918, no qual afirma que, “depois do quadro dantesco” descrito pelos cientistas que percorreram os sertões de Goiás e do Piauí, fora votada “polpuda verba para o urgente saneamento dos sertões interioranos”. Assim, esperava-se que “caravanas de Esculápios” se dispusessem a atender “os insalubérrimos sertões goianos”. Todavia, esses médicos beneméritos seguiram para o estado do Paraná (SILVA, v.2, n.1, 1918, p. 9-11).

A despeito da predominante imagem negativa dos sertanejos - doentes, mal alimentados e sem vigor, tal como esboçada pelos sanitaristas – Ayres da Silva assume atitude crítica em relação às teorias racistas em voga e, em discurso proferido na câmara dos deputados, denuncia:

[...] que alguns estrangeiros aconselhem o extermínio da raça aborígine brasileira, compreende-se através da preocupação egoística da absorção das raças supostas inferiores pelas raças julgadas superiores. O que não se pode

admitir, o que repugna ao mais elementar sentimento de solidariedade humana, é que tal conceito começa a transparecer, entre frases vagas, no seio mesmo de nossas classes cultas. Temos, é possível, no centro do país, raças doentes, padecendo, especialmente, graças à incúria de nossos governos; amparemo-las, se não pelo seu valor, pelo que possam produzir no presente momento, ao menos em atenção ao fato de serem brasileiros (SILVA, v.2, n.1, 1918, p. 11).

Como visto, Ayres da Silva mantinha-se fiel a princípios humanísticos e liberais, divergindo de ideias racistas e autoritárias em ascensão, inclusive no Brasil, onde, dentro em breve, seria implantado o Estado Novo de inspiração fascista. Para minorar os sofrimentos do homem do interior, o deputado goiano insiste ser prioritário melhorar os transportes, assegurando que “tão logo esse amparo se faça sentir eficientemente, essa raça hoje estigmatizada de inaproveitável, lá, como em qualquer outro ponto, patenteará que, mesmo doente, o brasileiro sabe desempenhar seus deveres em prol do progresso do nosso país”. Lembrando o apelo feito pelo presidente da República para que fosse aumentada a produção agrícola do país, proclama como argumento em favor dos sertanejos:

[O] que se observou neste tão falado e malsinado vasto hospital? Por todos os recantos da nossa pátria, as safras como que por encanto, quase centuplicaram e dos mais longínquos rincões reclamam-se transportes para a produção da lavoura! É, Senhor Presidente, a prova mais clara, mais evidente, mais palpável que a diretriz que vínhamos trilhando já se fez insuficiente e urge encararmos o problema do saneamento, resolver, tanto quanto possível, a magna questão do transporte (SILVA, v.2, n.1, 1918, p.11).

Conforme assinalado anteriormente no presente artigo, uma década depois de tais embates, o deputado Dr. Francisco Ayres da Silva deu início a épica viagem por terra, do Rio de Janeiro a Porto Nacional, levando consigo um automóvel e um caminhão, que assumem a feição de arquétipos do progresso e da redenção dos sertanejos. De acordo com França (1979, p. 60) era intenção do político e médico nortense convencer o ministro do Interior, Lauro Müller, da viabilidade de abrir uma estrada que permitisse o escoamento da produção do interior do país, assim possibilitando a melhora das condições de vida – e de saúde – dos sertanejos. Em que pese o fato de que o então Presidente da República - Washington Luiz Pereira de Souza - proclamava que “governar é abrir estradas”, a heroica façanha do Dr. Chiquinho em nada resultou, de imediato, sendo lembrada pelo seu conteúdo de arrojo pessoal e pela carga de simbolismo que encerra.

Para finalizar, um trecho do depoimento de José Mendonça Teles ao tomar posse na Academia Goiana de Letras na Cadeira de número 32, cujo patrono era Francisco Ayres da Silva:

Vivendo naqueles ermos de Goiás, distante do Rio de Janeiro, sem nenhum meio rápido de comunicação, o trabalho de Francisco Ayres era, entretanto, reconhecido pelas instituições culturais e científicas, que lhe condecoravam, mesmo à distância. Assim é que, em 1910, era admitido como Sócio Honorário, com medalha de Primeira Classe por mérito científico universitário da Academia Físico-Química Italiana de Palermo. E no ano de 1930, recebia o diploma de Sócio Correspondente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Espírito humanitário, o médico Francisco Ayres jamais deixou de atender um chamado. Sua fama corria todo o sertão. E durante meio século o discípulo de Hipócrates exerceu um verdadeiro ministério, dedicando o período mais importante de sua vida em socorro as populações mestiças e espalhadas pelas margens do Tocantins, sempre esquecidas e preteridas dos benefícios do progresso (TELES, 1979, p. 70).

Considerações Finais

Único médico que, na Primeira República, exerceu sua profissão na região norte de Goiás (hoje Estado do Tocantins) o Dr. Francisco Ayres da Silva – conhecido como o *Dr. Chiquinho* – vivenciou a transição entre a medicina dita popular e tradicional, fundada na teoria hipocrática dos humores, e a medicina científica, que se afirmava desde o século XIX. Desse modo, fica evidente que a atuação desse médico extrapolou, em muito, o campo restrito de sua formação acadêmica, alcançando as searas da política e do jornalismo, o que lhe permitiu ir além de sua cidade natal e ampliar sua área de atuação em benefício da coletividade.

O estudo da biografia do *Dr. Chiquinho*, em sua luta pela modernidade e pelo progresso, a par da compreensão e empatia com as populações que ali viviam, elenca dados substantivos que permitem conhecer melhor a região em que viveu, bem como os ribeirinhos *nortenses*, aos quais assistiu com dedicação e competência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUDRIN, José Maria. *Os sertanejos que eu conheci*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

AZEVEDO, Francico F. dos Santos. (org.) *Anuario Historico, Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz, para 1910*. Uberaba/Araguary/Goyaz: Ed. Proprietária, 1910.

BRANDÃO, A. J. Costa. *Almanach da Província de Goiás para o ano de 1886*. Goiânia: UFG, 1978.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUL, Nasr N. Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora da UFG, 2010.

FRANÇA, Basileu Toledo. *Cavalo de Rodas*. Goiânia: Oriente, 1979.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Poder e paixão: a saga dos Caiado*. 2 v. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

GODINHO, Durval C. *História de Porto Nacional*. s/e, 1988.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONTIJO, Ana Braga Machado. Suplemento Literário de *O Popular*, Goiânia: 1972.

MALATIAN, Teresa M. A Biografia e a História. São Paulo: *Cadernos CEDEM*, V. 1 n. 1, 2008.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Chorographia Histórica da Provincia de Goyaz*. Goiânia: SUDECO/Governo de Goiás, 1979.

NEIVA, Arthur & PENA, Belisário. *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás* (1ª. impressão: 1916). Brasília: [s.ed.] 1984.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. *Entre o Sertão e o Litoral: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910*. Anápolis: Editora da UEG, 2010.

PACHECO, Altamiro de Moura. Prefácio. In: SILVA, Francisco Ayres da. *Caminhos de Outrora: diário de viagens*. Goiânia: Oriente, 1972.

PATERNOSTRO, Julio. *Viagem ao Tocantins*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. In: *Revista Estudos Histórico*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1997.

SILVA, Francisco Ayres da. *Caminhos de Outrora - Diário de Viagens*. Goiânia: Oriente, 1972.

_____. *Jornal O INCENTIVO*, n. 4, 1901.

_____. *Jornal Norte de Goyaz*, n. 7, 1905.

_____. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 15, 1917.

_____. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 9-11, 1918.

TELES, José Mendonça. *Um Rio dentro de Mim*. Goiânia: Oriente, 1979.